

CONSTITUINTE

# A nova etapa da reconstrução política

por José Casado de São Paulo

O País deve assistir, durante todo o ano de 1988, a um dos mais intensos esforços políticos de sua história. O calendário dessa etapa final da transição para a democracia indica que, além da conclusão da nova Carta e de possíveis eleições em todos os 4.212 municípios e para a Presidência da República, o ano deve ser marcado por uma reforma estrutural nos poderes constituídos e, também, pela mudança de toda a legislação complementar, para sua adaptação às novas regras constitucionais.

## Depois da Constituição, as leis ordinárias

Rápidas definições políticas tendem a ser impostas pelo próprio texto da nova Constituição. O esboço de texto final, já aprovado na Comissão de Sistematização, fixa nas suas "Disposições Transitórias", por exemplo, prazos rígidos para a alteração das Constituições dos 23 estados e de todo o arsenal de leis ordinárias atualmente em vigor. Mesmo eventuais dilatações nesses prazos, durante as votações no plenário da Constituinte, não devem descaracterizar 1988 como um ano que concentrará a maior parte do trabalho legislativo pós-Constituinte.

O cronograma estabelece que seis dias depois de promulgada a Constituição Federal, as Assembléias

Legislativas devem iniciar o processo de mudança e de adaptação das Cartas estaduais, encerrando-o em exatos 180 dias.

## Prepara-se a mobilização de 70 milhões de eleitores

Define, também, que até dezembro de 1990, a toda legislação existente deverá estar adaptada. Mas deixa explícito que qualquer norma legal vigente — até mesmo tributária — que seja conflitante com a nova Constituição, deixa de ter validade precisamente 180 dias depois da promulgação da Carta. Significa, por exemplo, que grande parte das normas tributárias vigentes terá de ser imediatamente revista.

E com um olho nesse calendário e outro na "corrida" eleitoral que tende a mobilizar 70 milhões de eleitores em torno de candidatos a prefeito e a presidente da República, que o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e do PMDB, deve desembarcar em Brasília, na primeira semana do ano, disposto a pressionar pela aceleração dos trabalhos dos 559 constituintes.

"Temos um país para reconstruir", argumentava Ulysses Guimarães, antes do Natal, quando embarcou para curtas férias em Nova York, com término previsto para este domingo, dia 3.

Os partidos políticos dependem não apenas da definição das datas de eleições municipais e presidenciais, nas votações do ple-

nário da Constituinte, como também precisam, logo a seguir, da nova Lei Eleitoral, que fixará as regras básicas para esse pleito. E o maior dos partidos, o PMDB, já começa o ano com um calendário preciso de atividades que o levará a uma intensa mobilização de seus quadros em todos os estados.

Mantidos os prazos atuais, o PMDB faz em março uma convenção para eleição em todos os seus diretórios e deve chegar a 15 de agosto, assim como os demais partidos, com candidatos definidos e registrados na Justiça Eleitoral para a disputa prevista para novembro (veja matéria abaixo).

Crescerá em intensidade o esforço legislativo no Congresso e nos estados, simultaneamente. Portanto, da mesma forma que os parlamentares que aspiram a condição de candidatos, os "lobbies" políticos terão trabalho redobrado.

Um dos mais ativos grupos de pressão política do País — os empresários — já começa o ano ampliando sua infra-estrutura de "lobby". A União Brasileira de Empresários (UBE), espécie de central única empresarial, que patrocinou toda a articulação do bloco conservador na Constituinte — o chamado "Centrão" — é um caso exemplar.

## Os empresários ampliam a infra-estrutura de seu "lobby"

Ela deve terminar o mês de janeiro com o dobro do

trabalho que já ocupa em Brasília, apenas com a função de "assessorar" os constituintes ideologicamente identificados com a doutrina da livre iniciativa. Ao todo serão 260 pessoas, entre advogados, relações públicas, jornalistas e equipes administrativas.

## "1988 será marcado por uma fúria legisferante"

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) trilha o mesmo caminho. Inicia o ano aludando um andar inteiro na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, e duplicando para trinta o número de funcionários fixos e especializados no trabalho junto aos parlamentares.

"Estamos prevendo que 1988 será marcado por uma fúria legisferante neste país", ironiza Carlos Eduardo Moreira Ferreira, vice-presidente da FIESP, que coordena todo o "lobby" político da entidade. "Vamos ter de nos dividir em atenções sobre a Constituinte, o Congresso, as Assembléias Legislativas e a própria 'corrida eleitoral', acrescenta Ruy Martins Altenfelder, presidente do comitê de estudos constitucionais da CNI.

A articulação política dos empresários, em 1987, começou com tropeços e divergências, mas acabou com algum êxito, expresso nos benefícios obtidos com a aglutinação das forças conservadoras na Constituinte.

Pela primeira vez, as en-

tidades setoriais uniram esforços num "lobby" político que, além de produzir a aprovação de 519 emendas no projeto aprovado na Comissão de Sistematização — segundo a contabilidade da FIESP e da CNI —, resultou na montagem de uma grande infra-estrutura comum, como um "caixa" estimado em US\$ 40 milhões, operado pela UBE no último trimestre.

"Acho que vamos passar o ano falando, comendo e respirando política", observa Albano Franco, senador do PMDB (SE) e presidente da CNI. Isso significa uma intensificação da "assessoria" e da "ajuda" aos políticos.

## "Assessorar políticos é explicar; ajudar é contribuir"

"Assessorar é o mesmo que explicar o ponto de vista dos empresários, ajudar um político é fazer o que sempre se fez neste país, ou seja, numa campanha eleitoral contribuir com umas camisetas, impressos e publicidade. Não é o meu caso. Eu me elegi sem ver um único recurso nem qualquer tipo de ajuda das entidades empresariais que haviam anunciado que iam apoiar os candidatos identificados com a livre iniciativa", diz Franco.

Agora, começa uma etapa diferente, com novos focos de atenção. "Já estamos estudando o regimento interno da constituinte paulista", conta Carlos Eduardo Moreira Ferreira, da FIESP, que projeta uma equipe para acompanhar o trabalho de um grupo de

deputados estaduais, liderados por Luís Carlos Santos (PMDB) e Nabi Abi Chedid (PFL). Funcionários da entidade já iniciaram a montagem de um "banco de dados" com um perfil detalhado de cada um dos 84 deputados estaduais.

## Mudam as Cartas estaduais, os tributos e a Justiça

Mas será no âmbito do Congresso, depois de promulgada a nova Carta, que deve acontecer a mais acirrada disputa política. Na etapa da preparação e votação das leis ordinárias.

O maior volume de legislação complementar deverá estar na área tributária. Haverá urgência para votação de um novo código tributário para que entre em vigor a 1º de janeiro de 1989. Ainda na área econômica, o Congresso, certamente, terá de formular uma nova lei de remessa de lucros e normas sobre política de câmbio e de finanças públicas.

Terá de definir, prioritariamente, uma lei estabelecendo a forma técnica de elaboração, redação e consolidação de leis. A seguir traçará normas gerais sobre administração pública que abrangem desde a contratação de obras até o mecanismo de aposentadoria voluntária de servidores. Por fim, regulamentar aspectos essenciais da reforma do Judiciário, como a criação e composição de juntas de conciliação e julgamento da Justiça Trabalhista, entre outros. Será, fundamentalmente, um ano de decisões.

# Ecologista quer manter projeto

por Andrew Greenlees de São Paulo

Os defensores de uma legislação mais incisiva para a proteção do meio ambiente e espécies animais terminam o ano com boas razões para estar satisfeitos. O Senado federal aprovou — depois de mais de dois anos — o projeto de lei que proíbe a pesca da baleia em águas territoriais brasileiras, enquanto a Assembléia Nacional Constituinte produziu um avançado texto no capítulo ambiental, que agora irá à votação final do plenário.

"O Brasil é visto como o país onde houve o maior incremento da consciência ambiental nos últimos tempos", anima-se o deputado federal Fábio Feldman, do PMDB paulista, ligado ao movimento ecológico. Segundo Feldman, caso sejam mantidas as definições da Comissão de Sistematização para meio ambiente, os brasileiros terão o texto mais moderno do mundo sobre a questão.

## AUSÊNCIA DE LUTA IDEOLÓGICA

O deputado considera que isso foi possível devido ao afastamento entre o de-



Fábio Feldman

bate sobre ecologia e a disputa ideológica no Congresso. "Meio ambiente não é de esquerda", diz Feldman, assinalando que fazem parte da Frente Verde na Constituinte alguns membros do "Centrão", grupo suprapartidário formado por moderados e conservadores. A frente conta hoje com aproximadamente 25 parlamentares, entre eles Sarney Filho, do PFL do Maranhão.

## DIVERGÊNCIAS EM DOIS PONTOS

A conscientização dos di-

## Recomeçam os trabalhos

por Andrew Greenlees de São Paulo

A Assembléia Nacional Constituinte retoma seus trabalhos nesta segunda-feira, após o recesso para os feriados de final de ano. A primeira tarefa dos 559 deputados e senadores será concluir as alterações no regimento interno. Já está decidido que, para modificar ou manter qualquer dispositivo do texto aprovado pela Comissão de Sistematização, serão necessários pelo menos 280 votos, maioria absoluta do plenário.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guima-

ferentes blocos da Constituinte quanto ao meio ambiente, acredita o deputado, permitirá a confirmação do capítulo aprovado na Sistematização. Feldman prevê, no entanto, pressões contra pelo menos dois dispositivos considerados por ele modernizantes: o primeiro refere-se à necessidade de um estudo de impacto ambiental a ser realizado antes de obras que possam afetar o ambiente, como hidrelétricas ou estradas; o outro item determina que responsáveis por exploração de recursos minerais deverão "recuperar o ambiente degradado".

## AVANÇOS CONFIRMADOS

Entre os avanços que deverão ser confirmados está a transferência para o Congresso Nacional da fiscalização da política nuclear brasileira, no momento sob controle do Executivo. Feldman adianta ainda que apresentará ao plenário da Constituinte emenda propondo a proibição do trans-

porte, fabricação e armazenamento de artefatos bélicos nucleares no País. Outros pontos positivos destacados por Feldman: a inclusão da proteção ao meio ambiente no conceito de função social da propriedade, a destinação de terras devolutas com interesse ecológico para a preservação da natureza e a necessidade de o Poder Público proteger a integridade do patrimônio genético do Brasil, além de fiscalizar a manipulação deste material em laboratórios.

Feldman salienta também que o texto da Sistematização segue os conceitos da International Union for Conservation of Nature, entidade ligada à Organização das Nações Unidas. Estes princípios, diz o deputado, são considerados os mais modernos em termos de proteção ambiental.

Para ajudar a garantir a manutenção do capítulo de meio ambiente pelo plenário, o deputado avisa que estarão presentes em Brasília ecologistas de todo o País, procurando convencer os constituintes a votar com o texto. "Vale o exemplo da legislação sobre baleias", diz Feldman, lembrando as manifestações de defensores da espécie diante do Congresso Nacional.

# O calendário do PMDB para o ano de 1988

por Andrew Greenlees de São Paulo

Para o PMDB, maior partido político brasileiro, 1988 será um ano de renovação dos diretórios municipais e regionais. A nível nacional, dificilmente deixará de ser reeleito para a presidência da agremiação o deputado Ulysses Guimarães. E, caso se confirme a realização da eleição para presidente da República, o calendário do partido assume importância estratégica para os postulantes à candidatura pemedebista, que precisarão obter o apoio dos convencionais a seus nomes.

No dia 27 de março, o PMDB realiza suas convenções municipais, quando serão escolhidos os novos diretórios e os delegados municipais. As convenções regionais (estaduais) acontecem no dia 8 de maio, também com a eleição dos diretórios e delegados. Finalmente, no dia 5 de junho, será a vez da convenção nacional, de onde

sairá o diretório nacional, provavelmente sob a direção de Ulysses Guimarães.

Estas três datas fazem parte do calendário ordinário do partido. A escolha de candidatos a eleições em qualquer nível ocorreu em convenções extraordinárias, marcadas pelos diretórios. Pela atual lei eleitoral, o partido deve registrar seus candidatos na Justiça até noventa dias antes da eleição.

O trabalho dos "presidenciáveis" começa, assim, em março, pois as convenções municipais ordinárias são o início do processo que levará à indicação do candidato ao Planalto. Isso porque os delegados à convenção nacional serão escolhidos pelos delegados regionais e estes, por sua vez, pelos municipais.

Além dos delegados, participam da indicação do candidato à presidência os membros da bancada do PMDB na Câmara dos Deputados e Senado, e os membros do diretório nacional.

# Assembléia paulista já discute seu regimento

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

Onze deputados estaduais paulistas estão trabalhando desde o primeiro semestre de 1987 na preparação técnica e no regimento interno da Constituinte estadual, que começará a funcionar, paralelamente à Assembléia Legislativa, seis dias depois de promulgada a nova Constituição federal.

Todos os partidos estão representados neste grupo de trabalho. Como o PMDB é majoritário na Assembléia paulista, conta quatro deputados, além do presidente do grupo, o também pemedebista Luís Carlos Santos. Os outros partidos estão representados por um deputado para cada sigla.

As divergências partidárias não interferiram nas discussões do grupo até que começou a elaboração do regimento interno. O pri-

meiro texto do regimento, apresentado no dia 2 de dezembro, foi reprovado pelas oposições.

Os trabalhos ficaram parados por causa do recesso de final de ano, mas as assessorias técnicas dos partidos têm prazo até o dia 16 de janeiro para apresentar emendas ao regimento. Normalmente, a Assembléia Legislativa não funciona em janeiro, mas neste ano foi convocada extraordinariamente para votar o aumento dos servidores públicos — cuja data-base é 1º de janeiro — e outros projetos urgentes.

O grupo de trabalho funciona paralelamente à assessoria técnica e já tem reunião marcada para o próximo dia 13. O grupo poderá rejeitar o anteprojeto de regimento apresentado pelas assessorias, que a partir daí não pode ser remetido para nenhuma outra instância.

## "Centrão" finaliza texto

Já está pronto o texto que o "Centrão" vai apresentar para substituir o projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização e pelo relator Bernardo Cabral, segundo informou a EBN. A proposta do grupo foi elaborada a partir das sugestões recebidas (mais de 200) e coordenada pelo deputado José Lins (PFL-CE), que irá apresentá-la para apreciação e coleta de assinaturas a partir do dia 4, quan-

do os constituintes regressarem dos seus estados. A informação é do deputado Paes Landin (PFL-PI) que ficou em Brasília e auxiliou o coordenador, realizando o trabalho de revisão final.

De acordo com Paes Landin, o texto proposto pelo "Centrão" procurou manter a estrutura do elaborado por Bernardo Cabral "para não criar divergências e mais polêmicas".

GAZETA MERCANTIL  
AGORA MESMO É SÓ DISCAR  
DDD GRATUITO SISTEMA CALL-FREE  
255 8788  
No Grande São Paulo  
(011) 800 8788  
Itinerário e número Estádios

**JH SANTOS S.A.**  
CGC-MF 92.754.191/0001/03  
Adendo a publicação da Assembléia Geral Extraordinária de 10/07/87, publicado neste jornal em 10/11/87, na qual deixou de constar: JC/RS arquivado sob nº 883.104 em 24/09/87. Secretária da Justiça. Junta Comercial do Rio Grande do Sul. Certidão. Certifico que este documento foi arquivado sob número e data estampados mecanicamente. José Flávio Rocha Silveira — Secretário Geral.